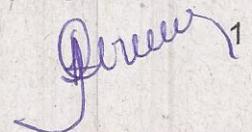


1 ATA DA 16ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO E
2 LEGAL – CTPIGL DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARAÍBA DO SUL – CBH-
3 MPS DO ANO DE DOIS MIL E DOZE, realizada no dia 10 de Maio de 2012, No IFRJ, CAMPUS NILO
4 PEÇANHA PINHEIRAL, situado no município de Pinheiral (RJ), com a presença de membros da
5 Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba
6 do Sul e convidados (conforme relação de presença no final desta ata) e justificadas as ausências,
7 conforme relação também apresentada no final desta ata. Teve início a reunião presidida pela Sra. Vera
8 Lúcia Teixeira (NVNV) em decorrência da ausência do Coordenador da Câmara Técnica, Sr. José
9 Arimathéa Oliveira (IFRJ) e de seu substituto Sr. Evandro da Silva Batista (PMVR). A Sra. Vera Lúcia
10 Teixeira (NVNV) leu a pauta da reunião com a seguinte **Ordem do Dia**: 1. *Abertura de sessão*; 2.
11 *Aprovação da ata da 1ª Extraordinária reunião de Câmara Técnica*; 3. *Aprovação da ata da 15ª reunião*
12 *de Câmara Técnica*; 4. *Priorização de aplicação de recursos em programas previstos no Caderno de*
13 *Ações do CBH-MPS*; 5. *Parceria WWF-BRASIL e CBH-MPS*; 6. *Assuntos Gerais*; 7. *Encerramento*.
14 **Item 2.** Foi procedida a leitura da ata da 1ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica. O Sr. Sérgio
15 Alves (INEA) reclamou que algumas de suas colocações não foram contempladas em ata. Em razão do
16 descontentamento do Sr. Sérgio Alves (INEA), a ata não foi aprovada pela Câmara Técnica. **Item 3.** Foi
17 procedida a leitura da ata da 15ª Reunião de Câmara Técnica. Após contribuições e correções
18 ortográficas, esta foi aprovada. **Item 4.** A Câmara Técnica analisou a planilha de hierarquização para
19 priorização de aplicação de recursos em programas previstos no Caderno de Ações do CBH-MPS. A
20 título de exemplo, o Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) explicou que no programa "F" do caderno de ações
21 há um recurso aprovado para "plano de proteção de mananciais e sustentabilidade do solo" e que
22 dentro dele há várias ações, e com a hierarquização automática ficou melhor definido o que seria
23 prioritário dentro daquele programa macro. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) questionou se as
24 demandas deveriam ser espontâneas ou induzidas, e lembrou que em função de ser um ano político, o
25 Diretório havia se posicionado no sentido de que as demandas deveriam ser induzidas, com exceção
26 dos 70% da demanda de esgotamento sanitário, que deveria ser espontânea. Acrescentou que em uma
27 reunião de Câmara Técnica houve uma discussão em que foi levantada a questão de que a maioria das
28 demandas não deveria ser induzida, e por isto existia a dúvida quanto ao posicionamento do CBH-MPS.
29 O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) discorreu que a principal característica da demanda espontânea é que
30 predomina a dependência de outras instituições (prefeituras, ONG's) para a construção da proposta,
31 elaboração do projeto e para a aplicação. Assim, embora haja vantagens como a possibilidade de
32 conceder a oportunidade para as instituições que já estão atuando na bacia definirem o que querem
33 fazer, o dinheiro que o CEIVAP aplica através dessa demanda espontânea tem ficado parado por conta
34 do processo como um todo, pois envolve muitas questões e aumenta muito a burocracia pela
35 regulamentação dos sistemas dos recursos hídricos, da regulamentação para a aplicação de recursos
36 da prefeitura, entre outros. Comunicou que o Sr. Edson Fujita (AGEVAP) realizou um levantamento
37 sobre a situação das demandas espontâneas do CEIVAP para demonstrar o tempo despendido para
38 desembolsar esse recurso, e ficou concluído que demora praticamente um ano entre a abertura do
39 edital e a assinatura do contrato com a Caixa Econômica, e mais seis meses para a prefeitura começar
40 a executar o projeto. Explicou que no CEIVAP existem projetos que foram hierarquizados no edital de
41 2009 que tiveram o prazo para início estendido em 190 dias, por duas vezes. Sobre a demanda
42 induzida, o Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) argüiu que a principal dificuldade reside no fato de o Comitê
43 ter que definir o que deve ser feito: escolher qual das ações devem ser realizadas e como devem ser
44 executadas, e comunicou que a AGEVAP pode atuar junto com o CBH-MPS nesse sentido. Explicou
45 que esse processo seria muito mais rápido, e que através da demanda induzida no CBH-Guandu foi
46 possível executar todos os projetos que estavam parados por questões executivas e práticas, e
47 acrescentou que o prazo neste caso varia de acordo com a elaboração do projeto. Comentou ainda que
48 na parte de esgotamento sanitário, em que se depende muito da prefeitura para operar e autorizar a
49 construção da obra, a AGEVAP tem pensado em fazer uma espécie de abertura de "edital" simples, no
50 sentido de a prefeitura elencar suas necessidades ao invés de apresentar os projetos, como uma
51 alternativa mais democrática para a definição de onde será realizada a demanda induzida. O Sr.
52 Waldomiro B. de Andrade (IPANEMA) comentou que à medida que o CBH-MPS for evoluindo e
53 amadurecendo a tendência é que as demandas espontâneas vão diminuindo e as induzidas aumentem,
54 pois ficará mais fácil focar nas necessidades. Concordou com a idéia de abertura de edital simples para
55 as prefeituras. O Sr. Sérgio Alves (INEA) considerou a hipótese de o CBH-MPS encontrar dificuldades
56 com alguma prefeitura, e sugeriu como forma de solucionar a questão o envio de uma carta ao INEA
57 SUPMEP ou GEAGUA solicitando a notificação da prefeitura quanto ao tratamento de esgoto, pois seria
58 uma forma de pressionar o município para que o Comitê atinja o objetivo da recuperação dos recursos
59 hídricos. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) sugeriu que nesses casos a prefeitura assine um termo de
60 compromisso para garantir a execução e conclusão da obra. O Sr. Sérgio Alves (INEA) sugeriu propor a

 1

61 criação de uma espécie de escritório avançado de projetos para buscar captação de recursos junto ao
62 banco mundial, fundações de meio ambiente, fundações de recursos hídricos, e exemplificou com a
63 busca de verbas realizada pelo SEBRAE. Explicou que desta forma seria possível elaborar convênios,
64 contratos, parcerias, onde buscar as verbas, capacitar as prefeituras e empresas da região para buscar
65 recursos. Concluiu que desta forma poderiam formar um banco de propostas e caminhos,
66 oportunidades. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) arguiu que a colocação do Sr. Sérgio Alves (INEA)
67 caberia na questão do curso de capacitação técnica, pois o curso poderia ser voltado para capacitar as
68 instituições da bacia sobre as linhas de crédito e como acessá-las. O Sr. Waldomiro B. de Andrade
69 (IPANEMA) esclareceu que a colocação do Sr. Sérgio Alves (INEA) se referia à Associação de
70 prefeituras que já existe no estado de Minas Gerais, estrutura criada por municípios que custeiam o
71 escritório e criam as demandas. A Sra. Márcia Cinira Neves (SAAE-VR) questionou como seria montado
72 esse escritório e de onde viriam os recursos para sua criação e manutenção. O Sr. Waldemiro B. de
73 Andrade (IPANEMA) comentou que o Sr. Wallace Pavão (INEA/GEAGUA) informou que o INEA possui
74 contrato com uma instituição para a elaboração de projetos de esgotamento sanitário. O Sr. Vinicius
75 Soares (AGEVAP) sugeriu que, ao invés de contratar um escritório fixo, que sejam feitas aberturas de
76 demandas e a partir dessas demandas o Comitê utilize os seus recursos para contratar os projetos, pois
77 em sua opinião ficaria mais flexível. Acrescentou que o ideal seria integrar nesta idéia pelo menos o
78 CEIVAP, os quatro comitês e o Guandu, pois seria mais eficiente e econômico. Ficou decidido que os
79 itens que obtiveram mais de 50 pontos na planilha de hierarquização para priorização de aplicação de
80 recursos em programas previstos no Caderno de Ações do CBH-MPS serão encaminhados à AGEVAP
81 para a elaboração de edital. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) questionou aos membros da Câmara
82 Técnica se as demandas serão espontâneas ou induzidas, e como será elaborado o edital. O Sr. Sérgio
83 Alves (INEA) comunicou que concordava com o Sr. Waldomiro B. de Andrade (IPANEMA) e com o Sr.
84 Vinicius Soares (AGEVAP) no sentido de que a verba deveria ser disponibilizada o mais rápido possível
85 e assim a demanda induzida seria a ideal. Propôs solicitar a todos os membros do Comitê sugestões de
86 demanda induzida. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) sugeriu seguir o caderno de ações de acordo com
87 a hierarquização elaborada pelos membros do Diretório e da Câmara Técnica. A Sra. Vera Lúcia
88 Teixeira (NVNV) sugeriu encaminhar a planilha para que os membros pontuem apenas os itens da
89 hierarquização automática que possuem recursos disponibilizados para a ação. Ficou decidido pela
90 Câmara Técnica que no momento todas as demandas serão induzidas, e que será encaminhada a
91 planilha elaborada pelo Diretório e Câmara Técnica para que os membros do CBH-MPS pontuem para
92 priorizar os programas que já estão contemplados com o recurso e respondam por e-mail até o dia
93 21/05/2012. **Item 5.** A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) comunicou que a parceria com a WWF Brasil,
94 em sua opinião, era o principal item de pauta do dia, e explicou que a WWF Brasil já firmou convênio
95 com o Lago São João e mais uma entidade no estado do Rio de Janeiro, e com isso essas entidades
96 possuem a ferramenta para trabalhar dados compilados e visualizar as vulnerabilidades da bacia
97 hidrográfica. Esclareceu que o objetivo do convênio seria possibilitar uma base de dados
98 geocodificados, a identificação da micro, meso e macro bacia nas unidades de planejamento, e a
99 definição de indicadores para adaptabilidade, além de trabalhar com a vulnerabilidade a interferência
100 disso na questão climática. Informou que o CBH-MPS enviou uma carta à WWF Brasil, e que eles
101 responderam que um representante da instituição poderia comparecer ao Comitê gratuitamente para
102 discorrer a respeito da metodologia, sobre o trabalho a ser realizado e o convênio, e que seria cobrado
103 apenas o deslocamento, traslado, alimentação e hospedagem. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV)
104 informou que com a resolução de reembolso atual isso não seria possível, pois não contempla
105 reembolso ou ajuda de custo para convidados, e sugeriu a utilização do recurso destinado para Cursos
106 de Capacitação, ou a ida dos membros do CBH-MPS até a WWF Brasil. O Sr. Sérgio Alves (INEA)
107 sugeriu questionar à AGEVAP ou ao Sr. Wallace Pavão (INEA/GEAGUA) sobre a possibilidade de
108 aplicar o recurso destinado para Curso de Capacitação para custear a vinda do representante da WWF
109 Brasil. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) esclareceu que as regras e condições para realizar a
110 destinação de recursos são diferentes para a AGEVAP e para o INEA. Explicou que o jurídico e o
111 financeiro da AGEVAP têm como passar essa informação, no entanto, quando consultaram sobre a
112 possibilidade de vinda do representante da WWF Brasil ficou constatado que não seria possível pagar
113 as despesas dessa pessoa, e esclareceu que a sugestão de estruturar um curso de capacitação se
114 enquadraria no item Curso de Capacitação Técnica do programa de construção da gestão participativa
115 (Programa G do Plano de Bacia), sendo possível trazer o representante da WWF Brasil com a finalidade
116 de ministrar o curso. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) esclareceu que não seria um curso, e sim uma
117 reunião de trabalho onde o representante da WWF Brasil apresentaria uma proposta de convênio e até
118 mesmo ajudaria a elaborar um Termo de Referência. A Sra. Cristiana do Couto Miranda (IFRJ) informou
119 que o IFRJ está desenvolvendo um curso de capacitação de gestores para este ano e que poderiam
120 estudar a possibilidade de trazer o representante da WWF Brasil custeando sua vinda para ministrar

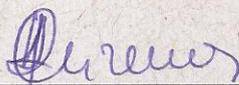
 2

121 uma palestra no IFRJ e assim aproveitar para que ele faça sua apresentação para o Comitê. O Sr.
122 Vinicius Soares (AGEVAP) informou que existem outras instituições nessa área de sistemas de
123 informação e de informações para geoprocessamento que desenvolvem este mesmo trabalho, e
124 afirmou que já ter participado de reuniões em outros Comitês sob o mesmo tema e elencou empresas
125 neste ramo e sugeriu que o CBH-MPS poderia pesquisar outras empresas para oferecer este tipo de
126 serviço. O Sr. Sérgio Alves (INEA) argüiu que com outras empresas seria realizado um contrato, e que
127 com a WWF Brasil seria realizado um convênio. O Sr. Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA) comunicou
128 que recentemente foi informado de que o CEIVAP estaria contratando um plano de bacia, e por isto, em
129 sua opinião, trazendo o representante da WWF Brasil o CBH-MPS estaria antecipando itens da lista de
130 demandas que estarão neste plano de bacia. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) complementou
131 informando que o CEIVAP aprovou o recurso de aproximadamente quarenta mil reais para a
132 contratação de uma consultoria com a finalidade de elaboração de uma base de dados para a AGEVAP
133 e o CEIVAP, e que a proposta é que isto se transforme em um recurso maior para contratar um sistema
134 de informação. Comunicou a intenção de que essa contratação seja realizada até junho/2012 e explicou
135 que com essa contratação para a criação da base de dados deve ser contratado posteriormente um
136 sistema de informação amplo e aberto para a inserção de novas informações, disponíveis através da
137 Internet. Esclareceu ainda que possuir os dados difere de um sistema para fazer a integração desses
138 dados, explicando que os dados isolados não possuem um significado relevante para a gestão, mas
139 integrados influenciam na tomada de decisões. O Sr. Flávio Cruz Sobreira (AGEVAP) questionou qual
140 seria a urgência deste sistema, pois dependendo do grau de urgência poderiam aguardar o curso de
141 capacitação do IFRJ para a vinda do representante da WWF Brasil ou então representantes do CBH-
142 MPS poderiam se deslocar até Campinas/SP, dada a impossibilidade de custear esta apresentação. A
143 Sra. Márcia Cinira Neves (SAAE-VR) comunicou que em sua opinião o CBH-MPS teria um maior
144 aproveitamento com a vinda do representante e não se deslocando até Campinas/SP. O Sr. Sérgio
145 Alves (INEA) demonstrou indignação perante a impossibilidade do custeio da vinda do representante da
146 WWF Brasil. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) esclareceu ao Sr. Sérgio Alves (INEA) que o CBH-MPS
147 informa o que pode ser feito através de resoluções, e que existem amarras para a aplicação de
148 recursos. Explicou que não podem gastar recursos ao livre arbítrio, e que ao informar que a AGEVAP
149 não tem como custear a vinda do representante não é porque não querem pagar, ou porque entendem
150 que não deve pagar, ou porque tem intenção de sobrepor a autoridade sobre o Comitê, mas sim porque
151 não possuem meios para tanto. Propôs que se o CBH-MPS deliberasse recursos para o custeio de
152 convidados, possibilitaria a realização do pagamento, e informou que quando a AGEVAP foi
153 questionada com relação a esse assunto esta foi a resposta apresentada. O Sr. Waldemiro B. de
154 Andrade (IPANEMA) estimou aproximadamente seiscentos reais para a vinda do representante. A Sra.
155 Vera Lúcia Teixeira (NVNV) questionou ao Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) se ao realizar alteração na
156 resolução do CBH-MPS para que contemple convidados, haveria a necessidade de encaminhá-la ao
157 CERHI. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) esclareceu que o diretório poderia elaborar a resolução *ad*
158 *referendum*, mas que, como aplicação de recurso, deveria sim passar pelo CERHI. Informou que
159 embora não possua condições de emitir um parecer jurídico, entendia que uma alteração em resolução
160 que normatiza o reembolso para contemplar convidados não teria necessidade de passar pelo CERHI,
161 pois não estaria tratando de aplicação de recurso, e sim alterando regras para a aplicação do recurso
162 de reembolso, e comunicou que não saberia informar juridicamente se alterando esta resolução de
163 reembolso, a resolução que aprova o recurso continuaria válida e compatível. O Sr. Sérgio Alves (INEA)
164 perguntou ao Sr. Flávio Cruz Sobreira (AGEVAP) se ele ficaria responsável por pesquisar os horários
165 de vôo para Campinas. O Sr. Flávio Cruz Sobreira (AGEVAP) respondeu que sim. Ficou decidido que o
166 Sr. Sérgio Alves (INEA) e a Sra. Cristiana do Couto Miranda (IFRJ) irão à Campinas/SP representando
167 o CBH-MPS na reunião com a WWF Brasil. **Item 6.** A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) sugeriu como
168 tema de pauta para a próxima reunião as resoluções de diária e reembolso. O Sr. Waldemiro B. de
169 Andrade (IPANEMA) acrescentou que a nomenclatura correta não seria diária nem reembolso, e sim
170 Despesas de Viagem. Explicou que a resolução deve ser elaborada de forma que uma pessoa fique
171 responsável pela compra de passagens e reserva de hotel, e sugeriu a previsão de acerto de contas por
172 meio da apresentação de notas fiscais das despesas. A título de exemplo, o Sr. Vinicius Soares
173 (AGEVAP) explicou aos membros presentes o sistema de diárias e reembolso adotado para os
174 funcionários da AGEVAP. O Sr. Flávio Cruz Sobreira (AGEVAP) solicitou confirmação para adicionar o
175 tema como item de pauta da próxima reunião, e obteve a concordância da Câmara Técnica. O Sr.
176 Vinicius Soares (AGEVAP) comunicou que já está disponível o edital para a contratação do
177 planejamento estratégico. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) questionou ao Sr. Vinicius Soares
178 (AGEVAP) como ou através de que documento o CBH-MPS poderia realizar um convênio com o Estado
179 ou qualquer outro agente. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP) esclareceu que esta questão deve ser
180 conversada com o INEA ou questionada ao Sr. Wallace Pavão (INEA/GEAGUA), pois a AGEVAP não

Janeiro 3

181 possui meios para realizar convênios. Sugeriu ainda que o CBH-MPS utilizasse seus recursos, pois a
182 realização de convênios demanda um procedimento demorado. O Sr. Sérgio Alves (INEA) propôs que
183 fosse solicitado ao CEIVAP informações sobre os projetos que estão sendo realizados dentro da região
184 hidrográfica III, para evitar que o Comitê execute ações idênticas. O Sr. Vinicius Soares (AGEVAP)
185 esclareceu que possui essas informações e se comprometeu a encaminhá-las ao CBH-MPS. Item 7.
186 Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pela Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV), secretária
187 executiva do CBH-MPS, tendo a presente Ata sido lavrada por mim, Cíntia Rodrigues Suetti, Auxiliar
188 Administrativa da AGEVAP UD1 e, depois de aprovada, foi assinada pelo Coordenador da Câmara
189 Técnica Permanente de Instrumentos de Gestão e Legal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio
190 Paraíba do Sul, Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ). **ENCAMINHAMENTOS:** Item 4: 1) Envio de e-mail
191 aos membros do CBH-MPS para pontuar os itens hierarquizados da planilha para priorização de
192 aplicação de recursos em programas previstos no Caderno de Ações do CBH-MPS. 2) Elaboração de
193 carta à AGEVAP solicitando a elaboração de edital para os itens priorizados pelo Diretório e Câmara
194 Técnica através da planilha de hierarquização: 1. Coleta e tratamento de esgotos domésticos; 2.
195 Recuperação e proteção de áreas de preservação permanente; 3. Curso de capacitação técnica; 4.
196 Geração de mapas cartográficos e temáticos; 5. Programas de educação ambiental; 6. Integração das
197 unidades de conservação à proteção dos recursos hídricos; 7. Desenvolvimento de um sistema piloto de
198 monitoramento biológico na Bacia do Rio Paraíba do Sul; 8. Desenvolvimento de um sistema piloto de
199 monitoramento de erosão e assoreamento em rios e reservatórios; 9. Incentivo à sustentabilidade no
200 uso da terra; 10. Programa de mobilização participativa; 11. Incentivo à produção florestal sustentada;
201 Item 5: 1) Elaboração de carta indicando a Sra. Cristiana do Couto Miranda (IFRJ) e o Sr. Sérgio Alves
202 (INEA) como representantes da Câmara Técnica e Diretório na reunião com a WWF Brasil, a ser
203 realizada em Campinas/SP. 2) Elaboração de carta autorizando o reembolso de despesas inerentes à
204 representação do CBH-MPS pela Sra. Cristiana do Couto Miranda (IFRJ) e pelo Sr. Sérgio Alves (INEA)
205 na reunião com a WWF Brasil em Campinas/SP.

206
207
208
209
210 Pinheiral, 10 de Maio de 2012.

211
212
213
214
215 
216 _____
217 José Arimathéa Oliveira
218 Coordenador da Câmara Técnica
219 de Instrumentos de Gestão e Legal
220 CBH Médio Paraíba do Sul

221
222 **Lista de Presença:**

223
224 **Membros representantes do Poder Público:** Sérgio Alves (INEA)

225
226 **Membros representantes dos Usuários:** Márcia Cinira Neves (SAAE-VR)

227
228 **Membros representantes da Sociedade Civil:** Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA)

229
230 **Ausência justificada por e-mail/telefone:** Giselle Ferreira Mazzoni (PMPA); Evandro da Silva Batista
231 (PMVR); Flávia Cristina C. A. Pires (INB); Jorge Luis de S. Florentino (FURNAS); José Arimathéa
232 Oliveira (IFRJ); Jacques Fernandes Dias (UERJ).

233
234 **Lista de Presença de Convidados:** Cristiana do Couto Miranda (IFRJ); Vera Lúcia Teixeira (Nosso
235 Vale! A nossa vida!); Vinicius Soares (AGEVAP); Flávio Cruz Sobreira (AGEVAP – UD1); Cíntia Suetti
236 (AGEVAP – UD1).